

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Renata Tikako de Jesus Kato (PIBIC/UEM), Simone Pereira da Costa Dourado (Orientadora), e-mail: simone.dourado890@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas/ Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento conforme tabela do [CNPq/CAPES](#)

Palavras-chave: juventude, participação política e grupos juvenis

Resumo:

No presente trabalho temos por objetivo analisar o comportamento político dos jovens, residentes na cidade de Maringá, norte do Paraná, a partir da elaboração de um levantamento do perfil desse grupo geracional com base nas entrevistas realizadas com grupos juvenis da cidade de Maringá, com apoio da Assessoria da Juventude. Num segundo momento, se busca captar as modalidades de participação desses grupos baseando-se nos discursos apresentados pelos jovens e na bibliografia a respeito do tema sobre participação política.

O presente trabalho considera importante dimensionar o comportamento político dos jovens, para que haja uma reflexão a respeito das vias de acesso disponíveis a juventude para a participação política.

Introdução

A participação do jovem na política é “*uma construção subjetiva de pertencimento a coletividade*” (Castro, 2008 p.253), que acontece quando esse jovem se identifica com os objetivos do coletivo e se sente inserido. Uma das dificuldades que esse grupo etário encontra para a participação é a falta de recursos e mobilização. Como destaca Castro (2008) ao comentar a bibliografia sobre participação política e juventude:

Por outro lado, Stolle e Hooghe (2004) complementam essa visão ao alertarem para o fato de que se devem buscar explicações tanto relativas à *estrutura* (aspectos institucionais e culturais) quanto à *agência* (aspectos subjetivos). Isso significa que o declínio no interesse dos jovens pela política não é apenas devido à sua falta de motivação pela coisa pública, mas que também pode ser determinado pelo fato de que os recursos para a mobilização e a participação que antes existiam não estão mais disponíveis. (CASTRO, 2008, p.255)

Contudo, o desinteresse do jovem pela política não se deve apenas a apatia já que eles buscam outras maneiras de organização para além do voto e os modos de participação tradicionais. Nesse sentido a fala de Castro vai ao

encontro da pesquisa de Julian Borba na qual o autor descreve que a partir de 1960 novas formas de participação perpassam o processo eleitoral, o que colabora para emergência de novas formas coletivas, como protestos, boicotes e a organização em coletivos horizontais.

A partir de indicadores empíricos, os trabalhos internacionais criaram modalidades de participação, se dividindo entre os estudos clássicos e as novas tipologias. Nos estudos clássicos, autores como Milbrath, Verba, Nie, Huntington e Nelson, classificavam as modalidades de participação de maneira restrita, vinculada apenas ao momento da votação ou com a preocupação em influenciar o governo. Ao final da década de 70, o trabalho *Political action*, de Barnes e Kaase, incluiu como modalidades de participação os protestos e criou uma nova tipologia, "as modalidades não convencionais", que seriam os protestos, boicotes, greves, etc. Posteriormente, incluiu-se a modalidade de participação não destinada exclusivamente ao governo, que seria o voluntariado e o engajamento social. A esse respeito, Verba, Shlozman e Brady verificam que a participação voluntária é resultado de uma rede recursos, segundo Borba (2012).

(...) o processo de engajamento político é visto como mediado pela relação entre custos e recursos, sendo a participação resultante das motivações e das capacidades dos indivíduos para participar, as quais são mediadas pelas "redes de recrutamento". Os recursos mais significativos seriam o tempo, o dinheiro e as "habilidades" individuais. (BORBA, 2012, p.272)

Essa "rede de recursos" da qual Borba denomina de "tripé causal" (tempo, dinheiro e interesse), demonstra que a participação vai para além do interesse subjetivo pela política, sendo que o sujeito precisa de mais dois elementos para sua concretização que seriam o tempo e dinheiro, denominados por Castro como "recursos".

Considerando que, um dos principais recursos é a educação, que por sua vez é considerada como um instrumento por excelência de transformação e de justiça social (CASTRO, 2008, p.262). Ao analisar os dados do censo demográfico de 2010 em paralelo com a bibliografia, foi possível perceber que para os jovens a educação está ligada diretamente a sua vida cotidiana, entretanto, é possível perceber pela análise dos dados sobre escolaridade um baixo acesso aos níveis superiores de ensino.

Outro aspecto que impede a efetivação da participação política da juventude é apontado no trabalho produzido pelo Instituto de estudos, formação e assessoria em políticas públicas, o Pólís, do qual se verifica na fala dos jovens a vontade de participação mas, a falta de abertura do poder público nas decisões relacionadas as políticas públicas de juventude e o descrédito com o sistema representativo, fazem com que os jovens percam a confiança nas formas de participação presentes no Estado.

Constatou-se que parcela significativa dos(as) jovens deseja participar, mas não encontra espaços que possibilitem tal inclusão. As formas de participação presentes no Estado e na sociedade são frequentemente percebidas como muito distantes da realidade cotidiana dos(as) jovens investigados(as), que revelam ainda, de modo contundente, a existência de espaços interditados à participação. Os lugares socialmente reconhecidos

para a participação na vida pública acabam sendo um “não-lugar” para esses(as) jovens. Na verdade, de um modo geral, tendem a não acreditar que alguém possa se interessar seriamente pelos seus problemas.(Pólis, 2006,p. 7)

Todavia, na pesquisa realizada com os Grupos Juvenis da cidade de Maringá, com apoio da Assessoria da Juventude, descobrimos que o perfil de participação dos jovens maringaenses, em conformidade com a bibliografia estudada, se dá por meio de processos não institucionalizados, no entanto, há a busca por interlocução com a administração pública no intuito de reivindicar um canal de diálogo oficial, o conselho municipal da juventude.

Materiais e métodos

A primeira fase da pesquisa constituiu-se no levantamento bibliográfico sobre o tema “Participação Política e Juventude”, desta forma mapeamos diversos artigos de autores de destaque sobre o tema, como Lúcia Rabello de Castro, Marília Pontes Sposito, Maria, Carla Corrochano, José Guilherme Cantor Magnani, entre outros, e também a análise de dados do censo demográfico de 2010, com um recorte sobre a escolaridade da população jovem, com o intuito de aferir se a escolaridade é realmente determinante para o engajamento político. Em um segundo momento, analisamos material coletado pela pesquisa realizada, com o apoio da Assessoria da Juventude, com os Grupos Juvenis da Cidade de Maringá.

Resultados e Discussão

No presente trabalho foi possível perceber que há muitos empecilhos para a efetivação da participação política da juventude e o maior deles é a falta de investimento do poder público em canais efetivos de diálogo com os movimentos juvenis.

Em contrapartida as dificuldades encontradas pelos jovens, o que se percebe é que eles buscam outras formas de participação, nem sempre institucionalizadas, como os protestos, boicotes e organizações em coletivos horizontais. Outra importante forma de expressão de suas ideias e pautas ocorre por meio da expressão em movimentos culturais, como os grupos de hip hop.

Conclusões

Na análise da bibliografia levantada juntamente com as entrevista realizadas com os jovens de Maringá, o que se observa em suas falas sobre os processos eleitorais e as diferentes modalidades de participação política, são as novas formas de articulação que surgem descoladas de partidos políticos e dos movimentos sindicais, sobretudo, pelo sentimento de não representatividade nos processos políticos e eleitorais.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Fundação Araucária, que me concedeu uma bolsa de iniciação científica. Agradeço também aos integrantes do grupo de estudos sobre gerações que colaboraram na discussão das bibliografias utilizadas e minha orientadora, Simone Pereira da Costa Dourado, pela dedicação e apoio.

Referências

BORBA, Julian. **Participação política: uma revisão dos modelos de classificação.** In Revista Sociedade e Estado. Vol. 27, no 2, 2012.

CASTRO, L. R. de. **Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.** In Revista Sociologia e Política, v.16, no 30, 2008.

Diálogo nacional para uma política pública de juventude / uma publicação Ibase e Pólis ; [elaboração Eliane Ribeiro e Patrícia Lânes ; ilustrações Beto Vieira]. - Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Pólis, 2006